

Este artigo dá  
sequência a  
argumentação  
iniciada no artigo  
Espaços livres  
públicos na cidade,  
Óculum nº 4  
p 64-67 novembro  
de 1993

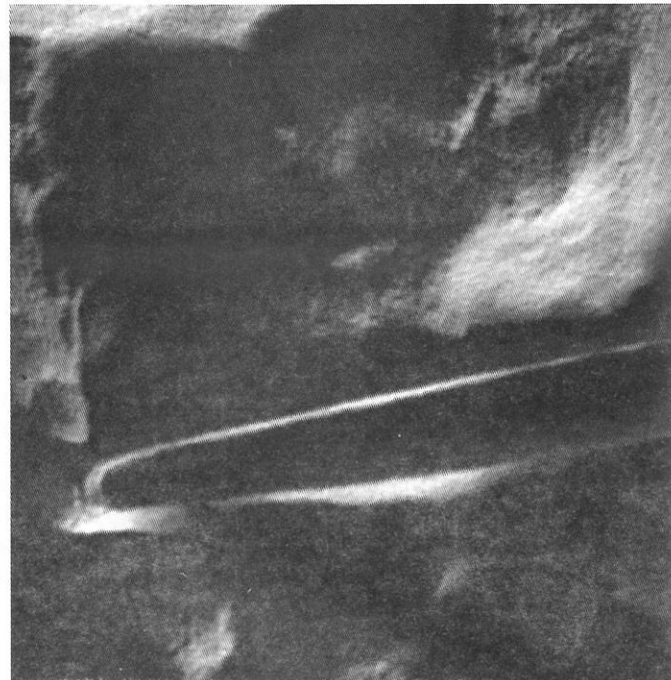
Vladimir Bartalini é  
arquiteto, professor  
do Departamento  
de Projeto da  
FAUUSP e do  
Departamento de  
Planejamento da  
FAUPUCCAMP

Fotos  
Nelson Kon

Vladimir Bartalini

## Espaços livres públicos na cidade II

## Parques



1  
Chadwick, G F *The park  
and the town* London  
The Architectural Press  
1966

2  
Segawa, H *Os jardins  
públicos no período  
colonial e o Passeio  
Público do Rio de  
Janeiro Belo Horizonte*  
separata de *Barroco*  
nº 12 1983

3  
Tradução livre de trecho  
do *Report from the  
Select Committee on  
Public Walks* de 1833  
in Chadwick G op cit

Subsiste como repositório de formas e objetos mal ou bem organizado: quadras esportivas, mobiliário e equipamentos diversos, estufas para plantas e até jardins...

Em resposta ao quadro de decadência que os parques públicos urbanos vêm apresentando em diferentes cidades pelo mundo afora, e preconizando uma necessária flexibilidade de uso para superar os seus atuais problemas, há quem os proponha metaforicamente como o "consolo da lareira" de uma casa, peça capaz de receber uma série sempre renovada de objetos.<sup>6</sup>

Há de se ressaltar nesta proposta, diante do que poderia parecer um excesso funcionalista, que ela foi formulada como justo contraponto à especialização e à rigidez dominantes nos parques, enfatizando a importância do atendimento à multiplicidade de solicitações da sociedade contemporânea e de garantia à melhor acessibilidade possível a estes espaços. Mas eles teriam que ser também *produtivos* e sua paisagem, em sua maior parte, derivaria ou da função, ou dos processos naturais.<sup>7</sup>

O espaço do parque, portanto, continua sendo mero suporte e sua forma, simples reflexo de determinações externas. E nesta condição de suporte ele se iguala a qualquer fração de espaço que a economia produz.

Ao mesmo tempo produto e instrumento, o espaço aguarda ainda a sua vez de sair do circuito exclusivo da produção, das imposições ditadas pelas "necessidades", e ficar disponível para o prazer do jogo, como foi com a caça em seu tempo.

De certo modo o urbanismo modernista tentou liberar o espaço, não enquanto parque porque este também foi enquadrado na rígida programação da cidade racionalista, mas como solo, único elemento livre de controle a permear edifícios, indústrias, vias de circulação e os próprios parques.

O que não se deu a este solo foram delimitação e contexto. Faltaram-lhe a forma e a cidade tradicional para que adquirisse consistência.

Portanto, só a extensão ou a onipresença deste solo livre no território da cidade não são suficientes para a inclusão e a representação, no parque, das múltiplas naturezas do espaço, este que é "ao mesmo tempo um meio de produção [...] e parte das forças sociais de produção [...]; o local da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação".<sup>8</sup>



Por outro lado, se reclusos e precisamente delimitados, os parques vêm recebendo projetos com um design que atende ao gosto contemporâneo nos objetos que utiliza, não se pode dizer que isto tenha servido para tonificá-los.

A acessibilidade e a capacidade de atender a uma gama ampla e flexível de usos e de conteúdos são, sem dúvida, qualidades que interessam. Mas que formas expressariam o parque renovado que teria no próprio espaço a sua primordial fonte de prazer? O que equivaleria, usando agora a paisagem e não mais a arquitetura como expressão, à cúpula enquanto significante do espaço?<sup>9</sup>

A praia seria uma tradução possível e, não sendo literal, não se restringe ao litoral ou à beira-rio. Da praia o importante é reter as idéias de tangência, de concernência simultânea a realidades distintas e de ampla acessibilidade a partir delas, e a qualidade de persistir com seu caráter e sua figura inconfundíveis no mesmo ato em que se entrega à constante mutação de sua forma.

A adoção desta imagem não conduz necessariamente aos sistemas lineares, mas antes à atenção a ser dispensada às margens dos parques, uma atenção que deve superar não só as recorrências ilusionistas que as proponham como passagem do mundo urbano ao rural, ou como sucedâneo da falta de profundidade (física) decorrente da exiguidade dos espaços que ainda restam livres nas cidades, mas também a tentação de sublinhá-las grosseiramente com uma sucessão de objetos e equipamentos rígidos e com recursos formalistas que furem ao espaço a sua cena. Se a praia vier a ser a sua forma, o seu material será a areia.

este Comitê ousa afirmar que isto independe de idade, posição ou sexo. Poucos não haverão de notar a diferença normalmente observável no caráter geral e na conduta daqueles que, entre as classes trabalhadoras, são cuidadosos com a aparência pessoal ao compará-los com outros que são negligentes ou indiferentes quanto a isto [...]"

Que formas foram usadas, que tipo de paisagem estes espaços ofereciam? Aquelas do jardim inglês já trabalhadas por Kent e por Brown, no setecentos, e depois amadurecidas por Repton. Formas e paisagens ao gosto bucólico, amplamente difundido e assimilado, alusões à natureza já então reduzida a "algo a ser consumido no decurso de uma pausa recuperadora daquilo que era de fato uma relação degradante com a natureza, na mais fundamental de todas as atividades humanas: o trabalho".<sup>4</sup>

Os parques públicos urbanos na Inglaterra, já industrial, e nos Estados Unidos, onde o mundo rural começava a expirar, ensejavam assim o contato saudoso com o campo e com a natureza, a fruição saudável do espaço, do ar e da luz. Um paliativo no Velho Mundo; uma utopia anunciada por Olmsted no jovem país da América. Extensos gramados ondulados, pontuados por maciços arbóreos, característicos dos grandes jardins privados ingleses do setecentos, ofereciam o modelo adequado, tanto pela funcionalidade como pelo simbolismo de que eram portadores (modelo que vige ainda hoje, alheio a tantas mudanças). Uma paisagem evocadora, própria para os passeios a pé ou de charrete.

Eis então alguns estigmas de origem dos parques públicos urbanos: filantropia interessada, romantismo, formas emprestadas dos jardins. Assim, tanto os espaços como os termos que os designam se confundem. No entanto, são distintos.

No jardim, não importa onde ou quando, seja com o fim de meditar, contemplar ou ostentar, os princípios estéticos comandam a organização do espaço. O trabalho ali se converte em arte: a agricultura se torna horticultura e topiária; a caça, a pesca, a pecuária deleitam o olhar nos tanques, viveiros e gaiolas ornamentais, nas pastagens gramadas que o artifício do *ha-ha* permitiu aproximar da casa; o controle das águas, duramente aprendido, passa a se refletir nos lagos e espelhos desenhados com requinte, nas quedas e repuxos, nas fontes sonoras; o controle do fogo, nas luzes, nas fontes luminosas; o domínio sobre a matéria como um todo, nos pavilhões, nas esculturas. Jardim: feira das conquistas do Homem; exposição orgulhosa de suas vitórias.

As origens dos parques são tão distantes quanto as dos jardins, mas são outras. Grande extensão arborizada e cercada, onde se caça. É este o conceito que se aplica já na Antiguidade Mesopotâmica, chegando etimologicamente até nós por um galicismo (*parc*) que tem o seu equivalente em português em *tapada* ou em *coutada*, ambos os termos referindo-se a terrenos arborizados para a caça, quer preservando-a para desfrute de particulares, quer proibindo-a. Parque: área reservada para o desenrolar de uma ação, não mais associada às necessidades que constroem o primitivo caçador, mas ao mero prazer de caçar. Um espaço com aspecto natural onde o homem, com seus utensílios e técnicas, agora brinca com o que fora provação; uso distraído do bosque ou da mata; primazia do jogo sobre a estética.

Novas atividades econômicas e novos meios de trabalho entram em cena. A energia elétrica, uma vez dominada e com seu uso generalizado na produção, não tarda a aparecer nos parques, agora na forma do *parque de diversões*. E a localização do Museu da Ciência e da Tecnologia no interior de *La Villette*, paradigma do nosso tempo, parece confirmar a continuidade do procedimento de transpor para o parque, caracterizando-o, os meios originalmente ligados à produção econômica, já então liberados para o entretenimento.

Só que no caçar a ação é inseparável do espaço do parque, que é percorrido, vasculhado, sentido, enquanto os brinquedos eletrônicos e os dispositivos informatizados usam o espaço apenas como suporte e detêm o sentido neles próprios.

Assim, uma vez separado o parque do seu próprio espaço, buscaram-se compensações em qualificativos, em temas e funções: o parque ecológico, o parque da música, o parque da criança... Num golpe final, chega-se ao *pocket park*, a capitulação do nome e do espaço do parque à lógica do lote urbano, dos "fragmentos intercambiáveis". Diante disto é representativo o fato de em São Paulo, uma das maiores concentrações e extensões urbanas do mundo, 40% dos parques municipais existentes serem originados das doações compulsórias para a aprovação dos loteamentos.<sup>5</sup>

Num extremo, destituiu-se o parque do espaço verdadeiro. No entanto ele ainda existe embora, quase sempre, como sobra de espaço, subproduto, resultado secundário do processo de produção do espaço.

4  
Harvey, D  
**O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas** in *Espaços e Debates* nº 6 1982

5  
Esta porcentagem se refere ao número de unidades-parques, que está relacionado à disseminação deste tipo de equipamento, e não à sua área

6  
Laurie, M  
**The urban Mantelpiece** in *Landscape Design* nº 216 dezembro 1992

7  
Idem  
8  
Trata-se da referência de Gottdiener à teoria do espaço de Henri Lefébvre. In Gootdiener, M

**A Produção Social do Espaço Urbano**  
São Paulo EDUSP 1993  
9  
Argan, G C  
**O significado da cúpula** in *História da Arte como História da Cidade* São Paulo Martins Fontes 1992

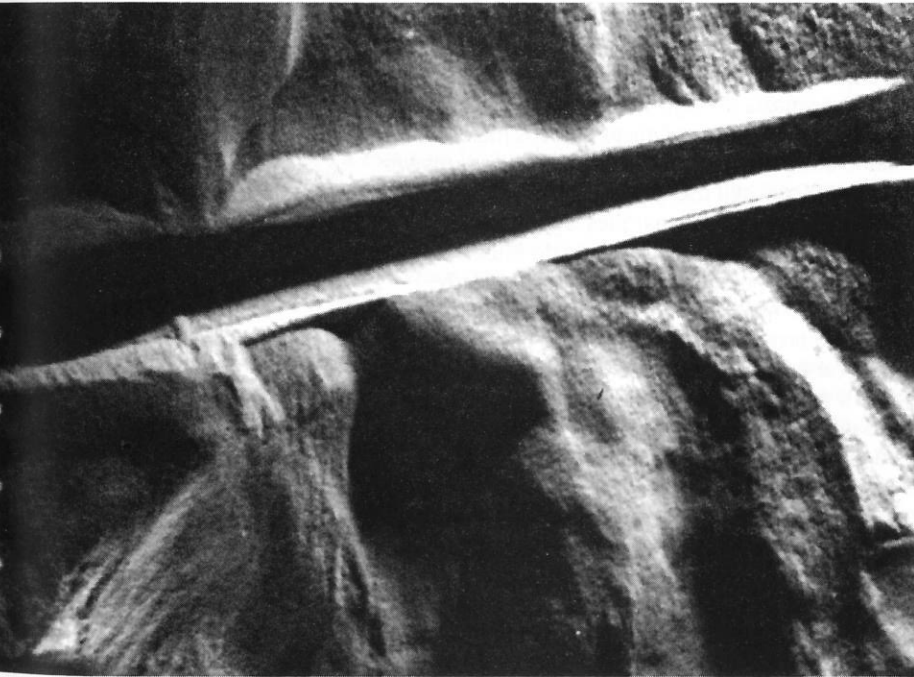
Se admitirmos que existe uma correspondência entre o nome e o conceito que se tem de determinada coisa, e se a falta desta correspondência for um indicativo de que alguma crise afeta a coisa concreta à qual o conceito se refere, teremos que concluir que os parques urbanos estão em crise há algum tempo, talvez desde que se tornaram equipamentos quase que obrigatórios nos planos urbanísticos, já no século XIX.

A nomenclatura dos espaços livres sofre de imprecisão. Usam-se indistintamente os termos *parques* e *jardins* não só na linguagem vernacular como também na erudita. É comum, ao se consultar o verbete *parque* nos grandes dicionários e enciclopédias, o assunto deslizar ou remeter para a história dos *jardins*.

A mesma imprecisão se verifica na prática da denominação dos logradouros: jardim da Luz ou parque da Luz em São Paulo; parque, jardim ou mesmo praça Campo Grande em Salvador.

Nem a dimensão física é mais confiável como critério diferenciador, na medida em que convivem na mesma cidade um *Central Park*, com centenas de hectares, e um *Palley Park*, que se mede aos metros quadrados.

Diante destas variações desconcertantes, até mesmo um critério exdrúxulo, como o que vem sendo adotado há alguns anos em São Paulo, de designar como parques os logradouros densamente arborizados e cercados, pode ganhar legitimidade a partir de uma tradição que remonta ao cercamento dos *commons* na Inglaterra feudal.



A rigor, existem diferenças entre estes termos que seria interessante recuperar, não por conceitualismo, mas antes visando a retomada de perspectivas para o projeto de parques urbanos.

Sabe-se que parques e jardins existiram desde a Antiguidade, mas como equipamentos públicos urbanos não aparecem antes do final do século XVIII, e só passam a se consolidar efetivamente no urbanismo ocidental na Inglaterra vitoriana e nos Estados Unidos também em meados do oitocentos.

Antes disto há registros da abertura ocasional dos portões das propriedades privadas para a fruição pública dos seus espaços arborizados, como os dos parques reais londrinos para a comemoração pública de eventos relacionados à Coroa durante o absolutismo, ou referências aos *Pleasure Gardens*, áreas particulares abertas ao público por algumas horas, em determinados dias da semana e que desfrutavam de grande popularidade<sup>1</sup> ou, inversamente, a utilização do Passeio Público do Rio de Janeiro para os festejos públicos de um casamento Real.<sup>2</sup>

Não sabemos ao certo que costumes ou que relações entre povo e nobreza conduziram a tais franquias de acesso; de qualquer modo, não são estranhos ao comportamento paternal os acessos de magnanimidade, nem a demonstração de poder e a ostentação que os espaços tratados podem tão bem veicular.

Já a intencionalidade no provimento de espaços abertos para o lazer do povo nas cidades aparecia explícita no **Report from the Select Committee on Public Walks** de 1833, em meio aos embates conduzidos pelo *Open Space Movement*, numa Inglaterra que se industrializava e enxovalhava as cidades ao mesmo tempo em que implantava o modelo de parque público urbano que seria mundialmente difundido:

"[...]Não é necessário salientar quão necessários os Passeios Públicos ou Espaços Abertos podem ser nos arredores das grandes cidades; para quem considera as atividades das classes trabalhadoras que ali moram, confinadas como são durante os dias da semana [...] em fábricas excessivamente quentes, é evidente que é de primeira importância para sua saúde no seu dia de descanso aproveitar o ar fresco e poder (livre da poeira e da sujeira das vias públicas) passear com o mínimo de conforto com suas famílias; se privados de tais meios é provável que seu único escape dos estreitos pátios e becos (nos quais tantos das classes pobres residem) venham a ser os botequins, onde gastam os recursos de suas famílias, e também frequentemente destroem sua saúde. Nem este Comitê deixaria de notar as vantagens que os Passeios Públicos (devidamente controlados e abertos para as classes médias e pobres) oferecem para a melhoria do aseo e dos cuidados com a aparência pessoal daqueles que os frequentam. Um homem passeando com sua família entre vizinhos de distintas categorias, naturalmente desejará estar adequadamente vestido e que sua mulher e filhos também estejam; mas este desejo devidamente dirigido e controlado é tido pela experiência como o de mais poderoso efeito em promover a boa educação e o empenho no trabalho; e